

A FORMA LITERÁRIA DO "ORÁCULO CONTRA ISRAEL"

Reinaldo W. Siqueira

RESUMO: A forma do "oráculo contra Israel", que aparece ao final da série de oito oráculos contra as nações em Amós 1-2, tem sido alvo de muito debate entre os exegetas e especialistas do Antigo Testamento. Porque os sete primeiros oráculos dessa série seguem basicamente uma mesma estrutura formal e o oitavo, o "oráculo contra Israel", diverge de modo tão marcante dos seus predecessores? Diferentes respostas têm sido dadas a este questionamento. O presente trabalho sugere que a forma literária do "processo jurídico da aliança", ou *Rîb*, e mais especificamente a forma baseada no pronunciamento de um juiz, parece resolver o problema a contento. Esta forma específica nos dá a chave para a compreensão das características próprias desse oráculo e da sua função dentro da série de oráculos que inicia o livro do profeta Amós.

PALAVRAS-CHAVE: Amós, oráculos contra as nações, oráculo contra Israel, forma literária, processo jurídico da aliança, *Rîb*, pronunciamento e juiz.

The literary form of the 'oracle against Israel' in Amos 2:6-16

ABSTRACT: The form of the "oracle against Israel", that appears at the end of the series of the eight oracles against the nations in Amos 1-2, has been the subject of much debate among Old Testament exegetes and scholars. Why do the first seven oracles of that series follow the same basic form and the form of the "oracle against Israel" diverge so significantly from them? Different answers have been given to this question. The present article suggests that the "covenant lawsuit" or *Rîb* form, more specifically the form based on a speech of a judge, seems to solve satisfactorily this question. This specific form gives the key to the understanding of the oracles own characteristics and to its function inside the series of oracles that initiate the book of the prophet Amos.

KEYWORDS: Amos, oracles against the nations, oracle against Israel, literary form, covenant lawsuit, *Rîb*, speech, judge.

1. INTRODUÇÃO

Os dois primeiros capítulos do livro de Amós formam uma unidade literária, contendo uma série de oito oráculos que anunciavam os juízos divinos que, em breve, se abateriam sobre as nações localizadas na região entre o

Egito e a Mesopotâmia, nos dias do profeta Amós¹. Entre as muitas questões levantadas sobre estes oráculos, no meio acadêmico, podemos encontrar a discussão sobre a forma literária do último oráculo, o "oráculo contra Israel" (Am 2.6-16). Como classificá-lo? Porque ele é, ao mesmo tempo, parecido e diferente dos sete oráculos anteriores? Como explicar a diferença?

2. FORMA LITERÁRIA E ESTRUTURA DOS PRIMEIROS SETE ORÁCULOS DE AMÓS 1-2

Os primeiros sete oráculos (Am 1.3-2.5) possuem, em geral, a forma típica de um "oráculo de juízo", contendo as características básicas dessa forma². A estrutura formal desses sete oráculos foi construída na base de cinco elementos em comum:

(1) A fórmula introdutória: "assim diz *YHWH*" marca o início de cada oráculo (Am 1.3a, 6a, 9a, 11a, 13a; 2.1a, 4a).

(2) A acusação geral: "Por três, e por quatro, transgressões de [nome da nação] não o sustarei [o castigo]/ou, não o restaurarei" (Am 1.3b, 6b, 9b, 11b, 13b; 2.1b, 4b).

(3) A acusação específica: apresenta geralmente uma para cada nação, apontando uma ou até quatro transgressões, como é caso do oráculo contra Edom (Am 1.11). A acusação específica é sempre introduzida pela preposição hebraica *ʔal* "porque" (Am 1.3c, 6c, 9c, 11c, 13c; 2.1c, 4c).

(4) A sentença de juízo: O juízo divino sobre cada povo é anunciado, sendo introduzido pelo tema do juízo de fogo ("meterei/acenderei fogo"), o qual destruiria as fortificações da respectiva nação ("fogo que consumirá os castelos de...") em Amós 1.4-5, 7-8, 10, 12, 14-15; 2.2-3, 5.

(5) A fórmula de conclusão: a expressão "diz *YHWH*" aparece em Amós 1.5, 8, 13; 2.3. O oráculo contra os filisteus (Am 1.6-8) conclui com "diz o Senhor *YHWH*". Esta fórmula de conclusão não se apresenta nos oráculos contra Tiro (Am 1.9-10), Edom (Am 1.11-12) e Judá (Am 2.4-5).

3. A ESTRUTURA FORMAL DO ORÁCULO CONTRA ISRAEL

A forma do oráculo contra Israel difere dessa estrutura comum acima delineada. Sua estrutura interna poderia ser esquematizada da seguinte forma:

(1) Fórmula introdutória: a expressão "assim diz *YHWH*" (Am 2.6a).
(2) A acusação geral: "Por três, e por quatro, transgressões de [nome da nação] não o sustarei [o castigo]/ou, não o restaurarei" (Am 2.6b).

(3) Acusação específica: seção introduzida pela preposição *ʔal* "porque", porém muito

mais longa que as seções correspondentes nos oráculos anteriores. Sete acusações foram levantadas contra Israel, contadas a partir dos verbos utilizados nesta seção (Am 2.6c-8).

(4) Recapitulação histórica: uma nova seção é aqui introduzida, na qual os atos salvíficos de Deus em favor de Israel são lembrados (Am 2.9-11c). Esta recapitulação é narrada na primeira pessoa do singular, usando o pronome pessoal hebraico *-anochî* "eu", precedido da conjunção hebraica *waw* "e" ou "mas". Ela é concluída com uma pergunta, "não é isto assim, filhos de Israel?" (Am 2.11c).

(5) A conclusão da recapitulação histórica: essa parte é seguida da fórmula oracular

n^eum YHWH "oráculo de *YHWH*" em Amós 2.11d.

(6) Acusações específicas: uma outra seção aparece então, trazendo duas novas acusações contra Israel (Am 2.12).

(7) A sentença de juízo: os últimos versos do oráculo (Am 2.13-16b) descrevem sete juízos divinos sobre Israel, mas nenhum deles segue o padrão do juízo de fogo que se apresenta nos oráculos anteriores, antes se fala de terremoto e de derrota contundente no contexto de guerra.

(8) Fórmula de conclusão: o oráculo contra Israel se encerra com a fórmula oracular

n^eum YHWH "oráculo de *YHWH*" em Amós 2.16c.

Os novos elementos que aparecem no oráculo contra Israel têm sido uma fonte de muito debate no meio acadêmico. Alguns têm considerado os versos 6-16 ou partes dos mesmos, como problemáticos. Esse trecho, que vai

da recapitulação histórica até a fórmula de conclusão, tem sido visto como uma adição posterior ao oráculo original contra Israel, ou mesmo como parte de uma nova unidade literária³. Outros, por sua vez, têm proposto que os novos elementos correspondem a uma quebra do modelo estabelecido, ou uma expansão dos elementos formais observados nos oráculos anteriores. Tal expansão indicaria que o profeta atingiu o clímax da série e que ele estava agora se dirigindo ao seu público alvo⁴.

4. A FORMA *RĪB* COMO SOLUÇÃO DO PROBLEMA

Um exame detalhado desses "novos elementos" demonstra que não é necessário considerá-los problemáticos, nem uma adição posterior às palavras originais de Amós, nem mesmo uma nova seção ou um novo oráculo. Além disso, eles sugerem muito mais que uma simples expansão, ou quebra, da forma usada até então. Como Page H. Kelley, Pierre Buis e Walter Vogels observaram, os "novos elementos" encontrados no oráculo contra Israel fazem do mesmo um bom exemplo de um "processo real ou jurídico da aliança", ou seja uma "Lawsuit" ou "Rîb Form"⁵. No entanto, estes três autores somente sugeriram reconhecer no oráculo contra Israel a forma de um *Rîb*, mas não se deram ao trabalho de o demonstrar através de uma análise textual e de um exame de seus elementos formais. Eles também não precisaram a que tipo específico da forma *Rîb* pertenceria o oráculo de Amós 2.6-16.

Alguns especialistas têm proposto que, toda a série dos oito oráculos de Amós 1-2 deveria ser enquadrada dentro da forma do "processo jurídico da aliança" ou *Rîb* ⁶. Todavia, o estudo da forma específica desses oráculos contradiz este ponto de vista, pois só o oráculo contra Israel possui os elementos característicos de um *Rîb*. Já os demais seguem a forma de um "oráculo de juízo", como já discutido anteriormente. Alguns há que reconhecem a forma de um *Rîb* somente na recapitulação histórica e na repreensão divina de Amós 2.9-12 ⁷. O problema dessa posição se encontra no fato de que, todos os elementos característicos da forma *Rîb* são apenas encontrados quando tomamos em consideração todo o oráculo contra Israel e não uma parte do mesmo.

4.1. O ORÁCULO CONTRA ISRAEL E A FORMA *RĪB* BASEADA NO PRONUNCIAMENTO DE UM JUIZ

A forma específica que se apresenta em Amós 2.6-16 parece corresponder ao "processo jurídico da aliança", baseado no pronunciamento de um juiz. Portanto, não seria a forma mais comumente evocada e conhecida que envolve os protestos de um "demandante/acusador". O uso preferencial da forma *Rĭb*, apoiada no pronunciamento de um juiz, no livro de Amós foi notada por Lawrence Sinclair e Jeffrey Niehaus, apesar de ambos não discutirem o uso da mesma no oráculo contra Israel⁸. As duas formas de *Rĭb* foram primeiro descritas por Hermann Gunkel e Joachim Begrich no seu estudo conjunto sobre o livro de Salmos⁹, e aparecem convenientemente esquematizadas no estudo de Hebert Huffmon sobre o delas nos profetas¹⁰. Seguindo a esquematização de Huffmon, a estrutura de cada forma seria a seguinte:

Forma baseada nas palavras do "demandante/acusador":

- I. Descrição da cena do julgamento
- II. Discurso do "demandante/acusador"
- A. Céus e terra são designados como juízes
- B. Convocação do "réu" ou dos juízes
- C. Discurso, na segunda pessoa, dirigido ao "réu"
 1. Acusação, formulada na forma de pergunta dirigida ao "réu"
 2. Refutação dos possíveis argumentos de defesa do "réu"
 3. Condenação do "réu" Forma baseada no pronunciamento do "juiz":
 - I. Descrição da cena do julgamento
 - II. Pronunciamento do "juiz"
 - A. Palavras direcionadas ao "réu"
 1. Reprovação (apoiada na acusação)
 2. Declaração, comumente na terceira pessoa, de que o "réu" não tem defesa
 - B. Pronunciamento do veredicto "culpado"
 - C. Sentença, na segunda ou terceira pessoa

O uso da forma *Rĭb*, apoiada no pronunciamento de um "juiz", ajuda a esclarecer os problemas apresentados pelos "novos elementos" formais de

Amós 2.6-16, como veremos a seguir. Também dá a base necessária para o reconhecimento de Amós 2.6-16 como um "processo jurídico da aliança", ainda que não encontremos aí o clássico apelo aos "céus" e à "terra" para servirem de juízes ou testemunhas do processo¹¹. O "processo jurídico da aliança" de Amós 2.6-16 poderia ser delineado da seguinte forma:

- I. Descrição da cena de julgamento: Am 1.2
- II. Pronunciamento do "juiz": Am 2.6-16
- III. Palavras direcionadas ao "réu"
 1. Acusação: Am 2.6-8 (sete transgressões)
 2. Recapitulação histórica: Am 2.9-11b (A bondade divina revelada no Êxodo – conquista - condução divina)
 3. Declaração de que o réu não tem defesa: pergunta conclusiva e fórmula oracular - Am 2.11cd
- B. Pronunciamento do veredicto "culpado": Am 2.12
- C. Sentença: Am 2.13-16

Alguns questionamentos poderiam ser levantados contra a estruturação de Amós 2.6- 16 dentro dos moldes dessa forma de *Rîb*. O primeiro deles poderia se referir à identificação de Amós 1.2 como a descrição da cena do julgamento aqui evocado. Porque deveria Amós 1.2, um verso tão distante do bloco do oráculo contra Israel (Am 2.6-16), ser tomado como a introdução do "processo jurídico da aliança"? No entanto, o procedimento parece justificável pelo fato de Amós 1.2 servir de introdução a toda a série dos "oráculos contra as nações" em Amós 1-2¹². Portanto, esse verso seria a referência introdutória à qual cada um desses oráculos estaria ligado¹³.

Um segundo questionamento poderia corresponder ao papel da recapitulação histórica (Am 2.9-11b) dentro da forma do *Rîb*. Em vários "processos jurídicos da aliança" esse tipo de recapitulação histórica é um elemento fundamental, fazendo parte da "reprovação"¹⁴. Todavia, as transgressões do povo de Deus não são denunciadas meramente dentro de um quadro do que é moralmente correto ou incorreto, mas à luz mesmo da redenção histórica, dos atos salvíficos de Deus, das Suas leis e do compromisso solene de Israel para com Ele, ou seja, dos elementos que

formam a base da aliança entre Israel e *YHWH*. É a própria inserção dessa recapitulação histórica entre a "acusação" e a "sentença", que faz com que o oráculo contra Israel não seja meramente um oráculo de juízo, mas sim um "processo jurídico da aliança".

Portanto, uma recapitulação histórica do relacionamento entre Deus e Israel, no contexto de um juízo de Deus contra o Seu povo, é um elemento textual chave para reconhecer em um oráculo a presença da forma *Rîb*, como bem o observou George E. Mendenhall e Gary A. Herion:

"O motivo mais constante (e especificamente bíblico) compartilhado pelo antigo pacto e os profetas posteriores é a inseparável ligação entre o recebimento de benefícios, no passado, e as conseqüentes obrigações pendentes sobre os recipientes dos mesmos. A forma *rîb* é totalmente dependente desse motivo. Tanto quanto ela apela ao senso de gratidão e obrigação como a base para o (re-)estabelecimento do relacionamento pactual, o *rîb* exibe uma matrix ideológica similar àquela dos tratados de suserano do período posterior da Idade do Bronze"¹⁵ (tradução própria).

Um outro questionamento poderia ser levantado contra a identificação de Amós 2.12 como o pronunciamento do veredicto de "culpado". Não seria Amós 2.12 somente mais uma série de acusações a ser somada às incriminações já mencionadas em Amós 2.6-8? Parece claro, no texto, que as acusações levantadas em Amós 2.12 devem ser tomadas como parte da incriminação feita por Deus contra Israel. No entanto, elas sugerem um pouco mais que isto. Duas acusações são feitas em Amós 2.12: (1) "mas vós aos nazireus destes a beber vinho";

(2) "e aos profetas ordenastes dizendo: Não profetizeis". Essas são contrastadas no oráculo

com a última referência à providência divina a favor de Israel, encontrada em Amós 2.11ab: "dentre vossos filhos suscitei profetas, e dentre os vossos jovens, nazireus". Os atos de Israel se apresentam aqui, como o símbolo do estado de aberta rebelião da nação contra Deus. Não somente faziam todo o mal descrito em Amós 2.6-8, mas também perseguiram aqueles que queriam dedicar sua vida a Deus, os nazireus (ver Nm 6.1-6). Além disso, proibiam aos mensageiros comissionados por Deus, os profetas, de falar-lhes, rejeitando assim Sua soberania sobre eles. Tal atitude da parte do reino do norte correspondia a uma rebelião total e explícita, a qual resultaria no juízo vindouro sobre a nação.

Seguramente, as acusações de Amós 2.12 têm um caráter climático dentro da estrutura do oráculo, sendo uma adição às sete transgressões mencionadas em Amós 2.6-8. O limite divino preconizado no início de cada oráculo - "Por três, e por quatro, transgressões... não o sustarei [o castigo]/ou, não o restaurarei" - foi de muito ultrapassado, mesmo se considerarmos o total de forma aditiva ($3+4=7$). Assim, Amós 2.12 pode muito bem corresponder ao pronunciamento final do veredicto "culpado", visto que a rejeição total da soberania de *YHWH* foi feita à luz do pleno conhecimento de tudo o que Ele tinha feito por Israel, como está explícito pela pergunta que encerra o verso 11: "Não é isto assim, filhos de Israel?"

5. CONCLUSÃO

A mecânica do *Rîb*, baseada no pronunciamento de um juiz, nos ajuda a compreender melhor a forma observada no oráculo contra Israel, e a explicar o porquê este oráculo é tão diferente dos seus predecessores. De um modo proposital, o profeta pronunciou oráculos de juízo contra as primeiras sete nações da série, mas se engajou em um "processo jurídico da aliança" com aqueles que o estavam ouvindo, o povo do reino do norte. Por meio do profeta, *YHWH* entrou em um diálogo com Israel, evidenciado pelo uso da primeira e segunda pessoa nos versos 9-13. Este diálogo demonstra que a nação do norte era o alvo de toda a série de oráculos, pois era com eles que *YHWH* estava falando.

Notas:

- ¹ A seqüência das nações mencionadas em Amós 1-2 é a seguinte: Síria (Damasco - Am 1.3- 5); Filístia (Gaza, Asdode, Ascalom e Ecrom - Am 1.6-8); Fenícia (Tiro - Am 1.9-10); Edom (Am 1.11-12); Amom (Am 1.13-15); Moabe (Am 2.1-3); Judá (Am 2.4-5); e Israel do norte (Am 2.6-16). Quanto a datação da pregação do profeta Amós, o mais provável é que tenha ocorrido por volta do ano de 760 a.C., ver Yigael Yadin, *Hazor: The Head of All Those People (Joshua 11:10) with a Chapter on Israelite Megiddo*, The Schweich Lectures of the British Academy, 1970 (London: British Academy, 1972), 113, 181; Yohanan Aharoni, "The History of the City and Its Significance", em *Beer-Sheba I: Excavations at Tel Beer-Sheba, 1969-1971 Seasons*, ed. Yohanan Aharoni (Tel Aviv: Tel Aviv University Institute of Archeology, 1973), 107-108; Randall W. Younker, "A Preliminary Report of the 1990 Season at Tell Gezer: Excavations of the 'Outer Wall' and the 'Solomonic' Gateway (July 2 to August 10, 1990)", *Andrews University Seminary Studies* 29 (1991): 27-29; Philip J. King, *Amos, Hosea, Micah C An Archaeological Commentary* (Philadelphia: Westminster Press, 1988), 21, 38; Amihai Mazar, *Archaeology of the Land of the Bible, 10,000-586 B.C.E.*, The Anchor Bible Reference Library (New York: Doubleday, 1990), 412; Thomas J. Finley, *Joel, Amos, Obadiah*, The Wycliffe Exegetical Commentary (Chicago: Moody Bible Institute, 1990), 106; Bruce E. Willoughby, "Amos, Book of", *Anchor Bible Dictionary*, ed. David N. Freedman e outros (New York: Doubleday, 1992), 1:205.
 - ² Estas características básicas são: 1) Uma fórmula introdutória (no caso, em Amós 1.3-2.5, é o refrão "Assim diz o Senhor"); 2) Uma seção de acusações, na qual se descreve os pecados pelos quais o acusado era culpado; 3) O pronunciamento de juízo, descrevendo os castigos que Deus traria sobre o culpado. Ver Claus Westermann, *Basic Forms of Prophetic Speech*, trad. H. C. White (Philadelphia: Westminster Press, 1967), 142-161, 169-176; James L. Mays, *Amos: A Commentary*, The Old Testament Library (Philadelphia: Westminster Press, 1969), 5; Hans Walter Wolff, *Joel and Amos: A Commentary on the Books of the Prophets Joel and Amos*, trad. Waldemar Janzen et al., ed. S. Dean McBride, Jr., Hermeneia (Philadelphia: Fortress, 1977), 92, 98, 135-139; Francis I. Andersen e David Noel Freedman, *Amos: A New Translation with Introduction and Commentary*, Anchor Bible, vol. 24A (New York: Doubleday, 1989), 213.
 - ³ Wolfe excluiu os versos 9-16 do oráculo contra Israel e adicionou Amós 3.1-2 como parte do oráculo original (Rolland E. Wolfe, *Meet Amos and Hosea, the Prophets of Israel* [New York: Harper & Brothers, 1945], 16-17). Snaith propôs que o oráculo contra Israel compreenderia somente os versos 6-12, e portanto, Amós 2.13-16 seria completamente um novo oráculo (Norman H. Snaith, *Amos*, 2 partes [London: Epworth Press, 1945], 2.36, 42, 47-48, 51-52). Para Blenkinsopp (*A History of Prophecy in Israel: From Settlement in the Land to the Hellenistic Period* [Philadelphia: Westminster Press, 1983], 88-89, 96), a repreensão divina dos versos 9-12 é intrusiva, quebrando a seqüência natural entre a acusação (versos 6-8) e a sentença de juízo (versos 13-16). Coote segue a mesma linha, vendo os versos 9-12 como adições posteriores (deuteronomistas) ao oráculo original do profeta Amós (Robert B. Coote, *Amos Among the Prophets: Composition and Theology* [Philadelphia: Fortress, 1981], 11-12, 32-36, 58-59, 70-73). Já para Barstad, toda a seção que começa com o verso 9 é relativamente independente de Amós 2.6-8 (Hans M. Barstad, "The Religious Polemics of Amos: Studies in the Preaching of Amos 2, 7B-8; 4, 1-13; 5, 1-27; 6, 4-7; 8, 14", *Vetus Testamentum Supplements* 34 (1984), 15). Andersen e Freedman consideram que o oráculo contra Israel corresponde somente ao conteúdo dos versos 6-8 de Amós 2. A partir do verso 9, se iniciaria toda uma nova série de oráculos, Amós 2.9-3.8, a qual não teria ligação nenhuma com os "oráculos contra as nações" (Andersen e Freedman, *Amos*, 307, 324-327). Como Andersen e Freedman, Noble acredita também que os versos 9-16 sejam um novo oráculo, ele, no entanto, vê Amós 2.9-16 como parte da série de "oráculos contra as nações" de Am 1-2. Para Noble, Amós 2.9-12 seria um oráculo endereçado ao "Israel clássico" (Judá e Israel); enquanto que Am 2.13-16 seria um oráculo de juízo pronunciado contra todas as oito nações mencionadas na série (Paul R. Noble, "The Literary Structure of Amos: a Thematic analysis", *Journal of Biblical Literature* 114 [1995], 218-223).
 - ⁴ Ver Arvid S. Kapelrud, *Central Ideas in Amos* (Oslo: Oslo University Press, 1961), 30; James L. Mays, *Amos: A Commentary*, The Old Testament Library (Philadelphia: Westminster Press, 1969), 44; James M. Ward, *Amos & Isaiah: Prophets of the Word of God* (Nashville: Abingdon Press, 1969), 97; Charles Hauret, *Amos et Osée*, Verbum Salutis. Ancient Testament, no. 5 (Paris: Beauchesne, 1970), 32-33; Wilhelm Rudolph, *Joel-Amos-Obadja-Jona*, Kommentar zum Alten Testament, vol. XIII/2 (Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus Gerd Mohn, 1971), 118-119; Jochen Vollmer, *Geschichtliche Rückblicke und Motive in der Prophetie des Amos, Hosea und Jesaja*, Beihefte zur Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft, no. 119 (Berlin: Walter de Gruyter, 1971), 23; Klaus Koch e colaboradores, *Amos. Untersucht mit den Methoden einer Strukturalen Formgeschichte*, 3 vol., Alter Orient und Altes Testament, no. 30 (Kevelaer: Butzon & Bercker, 1976), 2:68; Hans Walter Wolff, *Joel and Amos: A Commentary on the Books of the Prophets Joel and Amos*, trad. Waldemar Janzen e outros, ed. S. Dean McBride, Hermeneia (Philadelphia: Fortress, 1977), 141-143; Samuel Amsler, "Amos", em *Osée, Joël, Abdias, Jonas, Amos*, ed. Edmond Jacob, Carl-A. Keller e Samuel Amsler, Commentaire de L'Ancien Testament, vol. 11a (Geneva: Labor et Fides, 1982), 179- 180; Robert Martin-Achard e Paul Re'emi, *God's People in Crisis: A Commentary on the Book of Amos and a Commentary on the Book of Lamentations*, International Theological Commentary (Edinburgh: Handsel Press, 1984), 21; Gary V. Smith, *Amos: A Commentary*, Library of Biblical Interpretations (Grand Rapids, MI: Regency Reference Library, 1989), 75; James W. Limburg, *Hosea-Micah*, Interpretation: A Bible Commentary for Teaching and Preaching (Atlanta: John Knox Press, 1988), 90-91; Robert B. Chisholm, Jr., *Interpreting the Minor Prophets* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1990), 75; Shalom M. Paul, *Amos: A Commentary on the Book of Amos*, Hermeneia (Minneapolis: Fortress, 1991), 76.
 - ⁵ Page H. Kelley, *The Book of Amos: A Study Manual*, Shield Bible, Study Series (Grand Rapids, MI: Baker Book House, 1966), 41; Pierre Buis, "Les formulaires d'alliance", *Vetus Testamentum* 16 (1966): 410; Walter Vogels, *God's Universal Covenant: A Biblical Study* (Ottawa: University of Ottawa Press, 1979), 85.
 - ⁶ Ver, por exemplo, B. Gemser, "The Rib- or Controversy-Pattern in Hebrew Mentality", *Vetus*
-

- Testamentum* 3 (1955): 129, 133; Eric C. Rust, *Covenant and Hope: A Study in the Theology of the Prophets* (Waco, TX: Word Books, 1972), 43; e Jeffrey Niehaus, "Amos", em *Minor Prophets: An Exegetical and Expository Commentary*, vol. 1, *Hosea, Joel, Amos*, ed. Thomas Edward McComiskey (Grand Rapids, MI: Baker book House, 1992), 318-319.
- ⁷. Andersen e Freedman, *Amos*, 326; e Paul, *Amos*, 87.
- ⁸. Lawrence Sinclair observa que Amós prefere este tipo de *Rîb* ao estudar Am 3.9-12. Já Jeffrey Niehaus faz uma introdução geral ao uso da forma no livro, sem se ater a detalhes específicos. Ver Lawrence A. Sinclair, "The Courtroom Motif in the Book of Amos", *Journal of Biblical Literature* 85 (1966): 352; Niehaus, "Amos", 318.
- ⁹. Hermann Gunkel e Joachim Begrich, *Einleitung in die Psalmen. Die Gattungen der religiösen Lyrik Israels*, 2a. ed. (Göttingen: Vandenhoeck & Rupprecht, 1966), 364-365. A primeira edição apareceu em 1933.
- ¹⁰. Hebert B. Huffmon, "The Covenant Lawsuit in the Prophets", *Journal of Biblical Literature* 78 (1959): 285-286.
- ¹¹. Tais apelos aos elementos naturais são muito comuns na forma baseada nas palavras do "demandante/acusador", e se tornaram a característica padrão para a identificação da forma *Rîb* para muitos especialistas. Ao se aterem basicamente a esta forma do "processo jurídico da aliança", vários desses especialistas muitas vezes têm se esquecido por completo, nos seus estudos dos escritos proféticos, da forma de *Rîb* baseada no pronunciamento de um "juiz". Um exemplo disto pode ser visto no estudo de Julien Harvey, que não faz nenhuma referência a esta forma alternativa, como também não faz nenhuma referência à ocorrência da forma *Rîb* no livro de Amós. Cf. Julien Harvey, "Le 'Rîb-Pattern', requisitoire prophétique sur la rupture de l'alliance", *Biblica* 43 (1962): 172-196.
- ¹². Para um estudo detalhado sobre Amós 1.2 como o verso introdutório à série dos "oráculos contra as nações" de Amós 1-2 ver minha tese doutoral - Reinaldo W. Siqueira, "The Presence of the Covenant Motif in Amos 1.2-2.16" (Ph.D. dissertation, Andrews University, 1996), 98-102. Para outros autores que seguem este mesmo ponto de vista ver A. Bentzen, "The Ritual Background of Amos i 2-ii 16", *Oudtestamentische Studien* 8 (1950): 85-99; M. Delcor, "Amos", em *La Sainte Bible, traduction française d'après les textes originaux, commentaire exégétique et théologique*, ed. L. Pirot e A. Clamer (Paris: Letouzey et Ané, 1961), 8:190; Kapelrud, *Central Ideas in Amos*, 17-19; Ward, *Amos & Isaiah*, 99; Hauret, *Amos et Osée*, 17-18; Koch e colaboradores, *Amos*, 2:67; Alfons Deissler, *Zwölf Propheten: Hosea, Joël, Amos*, Die Neue Echter Bibel: Kommentar zum Alten Testament mit der Einheitsübersetzung (Würzburg: Echter Verlag, 1981), 95; John H. Hayes, *Amos, His Time and His Preaching: The Eighth-Century Prophet* (Nashville: Abingdon Press, 1988), 65-66; Andersen e Freedman, *Amos*, 219-222; Paul, *Amos*, 41-42.
- ¹³. Meir Weiss (*The Bible from Within: The Method of Total Interpretation* [Jerusalém: Magnes Press, 1984], 219) argumentou fortemente contra qualquer noção de que Am 1.2 esteja descrevendo uma cena de julgamento. Na sua análise desse verso, ele propõe que o mesmo só fala acerca da revelação de *YHWH* e nada mais. A análise de Weiss ressalta vários aspectos interessantes de Amós 1.2, mas nos parece um tanto "limitada" e mesmo contraditória. Ele acentua demasiadamente os aspectos específicos do verso em Amós e de seus paralelos bíblicos, Joel 4.16 e Jeremias 25.30, observando as diferenças que existem entre eles. Weiss não aborda os muitos paralelos e conexões explícitas que existem entre estes versos, os quais são muito mais numerosos que as diferenças. Ele se torna contraditório ao reconhecer, por exemplo, que os versos em Joel e Jeremias tratam do juízo divino contra as nações e contra Israel (*ibid.*, 229, 236-237), mas nega qualquer noção de juízo em Amós 1.2 (*ibid.*, 230, 238-240). Entre os versos em Amós, Joel e Jeremias existem muitas e fortes conexões, como o tema geral de juízo contra as nações, a semelhança de metáforas, o uso de uma mesma terminologia, referência a temas específicos, etc. Deveria o exegeta desconsiderar estas claras conexões textuais e acentuar somente as dissimilaridades existentes em cada verso? É claro que cada passagem tem o seu próprio contexto específico, e aborda problemas que lhe são pertinentes, mas isto é suficiente para negar o inter-relacionamento entre elas, ou, ao menos, o valor que cada uma tem para o esclarecimento das outras? Quando uma linguagem imaginária tão específica como a de Amós 1.2 ocorre tão poucas vezes em todo o Antigo Testamento, seria realmente prudente e sábio desconsiderar os seus paralelos bíblicos e analisá-la somente na base do seu contexto interno, como Weiss o propõe?
- ¹⁴. Ver, por exemplo, Dt 32 (especialmente os versos 6-14); Jz 2.1-3; Is 1.2-3; Mq 6.1-8 (especialmente os versos 4-5); Jr 2.4-13 (especialmente os versos 6-7).
- ¹⁵. George E. Mendenhall e Gary A. Herion, "Covenant", em *Anchor Bible Dictionary*, ed. David N. Freedman e outros (New York: Doubleday, 1992), 11:1191.

Este artigo foi extraído da Revista Kerigma
